

Carlos Bolonha

Fábio Corrêa Souza de Oliveira

Coordenação Geral

Maíra Almeida

Coordenação Científica

Elpídio Paiva Luz Segundo

Coordenação Executiva

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

**Uma Jornada
Democrática Inacabada**

Prefácios

Peter Häberle

Paulo Bonavides

Cass R. Sunstein

Luís Roberto Barroso



PARTE I

BALANÇOS NOS TRINTA ANOS

POR UMA REPÚBLICA INCLUSIVA: USOS E ABUSOS DO PRINCÍPIO REPUBLICANO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Daniel Sarmento	59
1 Introdução	59
2 A República que não temos sido: Patrimonialismo, Cordialidade e Desigualdade	59
3 O princípio republicano e seus componentes	61
3.1 Elegibilidade e temporariedade dos mandatos políticos	62
3.2 Responsabilidade dos governantes e autoridades por seus atos	62
3.3 Igualdade republicana: ninguém abaixo e ninguém acima das leis	64
3.4 Liberdade contra a tirania e a sujeição: a não dominação	65
3.5 Separação entre o público e o privado: impessoalidade, transparência e controle na gestão da coisa pública	66
3.6 A participação do cidadão: direitos e responsabilidades perante a “coisa pública”	68
4 O que o Princípio Republicano não deve ser: não ao <i>republicanismo seletivo</i> , ao <i>republicanismo dos heróis mascarados</i> e ao <i>jacobinismo republicano</i>	69
5 Conclusão	70
Referências	71

30 ANOS DE CONSTITUIÇÃO: UM BALANÇO

Fábio Corrêa Souza de Oliveira, Larissa Pinha de Oliveira	73
1 Notas iniciais	73
2 Um balanço doutrinário	74
3 Um balanço jurisprudencial	76
4 Dois estudos de caso	78
4.1 Parques ambientais: modelo ético, constitucional e administrativo	78
4.2 Vaquejada: a entrada da Ética Animal no STF e <i>backlash</i>	81
5 Considerações finais	86
Referências	88

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA 30 ANOS DEPOIS – A “METAMORFOSE INCOMPLETA”

Fábio Zambitte Ibrahim	91
1 Introdução – Proteção social e liberdade	91
2 Previdência Social no Brasil – As lacunas de cobertura.....	92
3 Financiamento do Sistema – Reflexos da metamorfose incompleta	93
4 Conclusão – A necessidade de universalidade de cobertura e financiamento.....	97
Referências	97

“CHEGA DE GOLPES”, “O PAÍS JÁ VIVE A CONSTITUIÇÃO”: EXPECTATIVAS, EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL E ESPERANÇAS NA IMPRENSA BRASILEIRA NOS DIAS 5 E 6 DE OUTUBRO DE 1988

Gustavo Silveira Siqueira	99
1 Introdução	99
2 05 de Outubro de 1988: o Dia da Promulgação.....	99
3 06 de Novembro de 1988: notícias sobre a festa, chega de golpe!	102
4 Palavras finais	106
Referências	107

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM OLHAR HERMENÊUTICO DE UMA JORNADA INACABADA

Lenio Luiz Streck	109
1 Palavras primeiras	109
2 Com que olhos temos visto a Constituição?.....	109
3 É a Constituição o que o Judiciário diz que ela é?	114
4 Considerações para uma Jornada Inacabada	118
Referências	118

OS TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A CELEBRAÇÃO INTERROMPIDA

Maria Paula Dallari Bucci	119
1 Permanência e transformação sob a CF 88.....	119
2 “Rigidez Complacente”: uma centena de Emendas Constitucionais e seus diversos efeitos.....	121
3 “Compromisso Maximizador”: o sucesso das políticas públicas constitucionalizadas.....	122
4 “Sistema Político Consensual”: a sustentação democrática da CF em xeque	127
Referências	129

PARTE II
ENTORNO DA TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

A CONSTITUIÇÃO DESCONSERTADA

André Ramos Tavares	133
1 A Constituição Cidadã	133
2 A desconstrução de um pacto social e democrático.....	136
3 A Constituição-Menos-Cidadã e o Mercado-Divindade	138
3.1 O novo modelo: um Pacto não pactuado de austeridade, de segurança seletiva e persecutório (controle e contenção).....	141
4 A Constituição de 1988 entre o passado auspicioso, o desconcerto atual e o projeto de futuro desejável e possível	145
Referências	146

**LINGUAGEM CONSTITUCIONAL, DENSIDADE
JURÍDICA E INTERPRETAÇÃO: O CAMINHO AINDA
NÃO TRILHADO**

Daniel de Souza Lucas, Carlos Bolonha	149
1 Introdução	149
2 O lugar-comum da linguagem constitucional, da densidade jurídica e da interpretação	152
3 O caminho ainda não trilhado	155
4 Conclusão	158
Referências	159

A DEGRADAÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Daniel Vargas	161
1 Introdução	161
2 Cultura constitucional brasileira	162
2.1 Cultura constitucional como método	162
2.2 Momentos constitucionais.....	162
3 Momentos constitucionais	164
3.1 Fundacionalismo	164
3.2 Construtivismo	165
3.3 Gerencialismo	167
3.4 Ceticismo	169
4 A degradação constitucional	170
5 Conclusão	171
Referências	172

AS CONFLITUALIDADES INTRÍNSECAS DA NORMA CONSTITUCIONAL

Emerson Garcia	173
1 Premissas argumentativas.....	173
2 Aspectos essenciais das conflitualidades intrínsecas	175
3 Requisitos das conflitualidades intrínsecas	180
4 Fatores que concorrem para o surgimento das conflitualidades intrínsecas	182
5 Planos de desenvolvimento das conflitualidades intrínsecas.....	186
6 Epílogo	192
Referências	193

RAZÕES HISTÓRICAS DO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL E SUA PERMANÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO PROMULGADA EM 1988

Leonam Baesso da Silva Liziero	197
1 Introdução	197
2 O histórico predomínio do Presidente da República no Brasil	197
3 A instauração do parlamentarismo na era republicana.....	201
4 O Parlamentarismo em questão na Constituinte de 1987/1988	204
5 Conclusão	205
Referências	206

TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA NA CONJUNTURA DA “CRISE ECONÔMICA”

Soraya Gasparetto Lunardi, Dimitri Dimoulis	207
1 Introdução	207
2 A crise do estado brasileiro durante o governo Temer. Palavras de ordem do discurso dominante e a postura de STF	208
3 Crise de direitos fundamentais	213
4 Crise democrática	214
5 Uma contraproposta. A constituição da multidão (Antonio Negri)	216
6 Considerações conclusivas.....	219
Referências	220

PARTE III CONSTITUIÇÃO, 30 ANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA ALÉM DO PAPEL E O DIREITO À INFORMAÇÃO

Ana Paula de Barcellos	225
Referências	233

DIREITOS FUNDAMENTAIS, CONSTITUIÇÃO E MEIO AMBIENTE

Daniel Braga Lourenço	235
1 Introdução: natureza em colapso	235
2 O arcabouço jurídico-ambiental brasileiro	237
3 Inefetividade administrativa e retrocesso legislativo.....	240
4 Considerações finais.....	243
Referências	245

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE GLOBAL

Deisy Ventura	247
1 Introdução	247
2 O paradoxo constitutivo da saúde global.....	249
3 Austeridade em saúde e direitos humanos	251
4 Direito à saúde x cobertura universal de saúde.....	252
Referências	254

A LIBERDADE RELIGIOSA AOS TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Jayme Weingartner Neto, Ingo Wolfgang Sarlet	257
1 Considerações preliminares.....	257
2 A liberdade religiosa como direito fundamental	259
3 Apresentação e breve análise dos principais casos submetidos ao STF.....	260
3.1 A ausência de força normativa da referência a Deus no Preâmbulo	260
3.2 O problema da não realização de exame (ENEM) por força de convicção religiosa	262
3.3 A querela em torno do sacrifício ritual de animais	265
3.4 Vedação de proselitismo em rádios comunitárias.....	271
3.5 Ensino religioso em escolas públicas.....	272
4 Considerações finais	280
Referências	280

AS FASES DE UMA EVOLUÇÃO TRINTENÁRIA E A IMPORTÂNCIA DE REFORÇO COTIDIANO DOS DIREITOS DE LIBERDADE EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 SOB SUA DICOTOMIA ESTRITA E SUBSTANTIVA

Luigi Bonizzato	283
1 Introdução	283
2 As fases e momentos nos primeiros 30 anos da Constituição	283
3 Breve histórico e considerações sobre alguns direitos de liberdade tradicionais e em sentido estrito.....	288

4	Liberdades substantivas e direitos sociais: a associação decorrente, conclusiva e futurística	298
5	Conclusão	305
	Referências	305

A INFLUÊNCIA DO MANIFESTO DE CÓRDOBA DE 1918 NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO

	Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha	307
1	Introdução	307
2	O ensino superior no Brasil: genealogia histórica	316
3	A educação na Constituição brasileira de 1988.....	323
4	Conclusão	326
	Referências	332

O LOBBY DO BATOM: 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

	Schuma Schumacher	335
1	Contextualizando	335
2	Estava dada a largada	335
3	Uma estratégia bem sucedida	336

MOVIMENTOS FEMINISTAS E OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA: DO “LOBBY DO BATOM” AOS RETROCESSOS

	Vanessa Batista Berner	341
1	Situando o debate	341
2	O feminismo, a política e o processo constituinte	341
3	O <i>lobby</i> do batom	346
4	Um Estado heterossexual	350
5	“Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”	355
	Referências	357

PARTE IV CONSTITUIÇÃO, A VIA JUDICIAL E OUTRAS VIAS

JUÍZES FALANDO PELO POVO: POPULISMO JUDICIAL PARA ALÉM DAS DECISÕES JUDICIAIS

	Diego Werneck Arguelhes	361
	Referências	366

TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS E SEUS AUDITÓRIOS

Fábio Perin Shecaira, Noel Struchiner	369
1 O difícil trabalho de um juiz constitucional	369
2 Fundamentação das decisões judiciais	369
3 Lógica <i>vs</i> Retórica	370
4 O problema da diversidade de auditórios	372
5 Auditórios privilegiados	374
6 Conclusão: soluções à vista?	375
Referências	376

TRÊS DESAFIOS À APLICAÇÃO DA METÁFORA DOS “DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS” PARA A LEGITIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Fernando Leal	377
1 Introdução	377
2 Três problemas	379
3 Conclusão	386
Referências	387

INDEPENDÊNCIA REAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988: DESENHOS INSTITUCIONAIS INFORMAIS E JOGOS OCULTOS ENTRE PODERES

Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega	389
1 Introdução: a correlação inversa entre a independência <i>de jure</i> e a independência <i>de facto</i> do ministério público	389
2 Desmistificando a independência do Ministério Público no Brasil	391
3 A autonomia financeira e administrativa dada pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988: desenho institucional formal	393
4 Indícios da não implementação do desenho institucional formal após 1988. A regra constitucional da autonomia administrativa e financeira do Ministério Público não vale para todos	395
5 A não independência <i>de facto</i> do Ministério Público – O caso de Pernambuco	397
5.1 Ministério Público de Pernambuco pós-1988 como Departamento da Secretaria de Justiça do Poder Executivo	398
5.2 O início da autonomia administrativa do Ministério Público em Pernambuco: a crise de 1995	401
5.3 Orçamento do Ministério Público definido pelo Poder Executivo – O desenho institucional real e jogos ocultos entre os poderes	403
5.4 Outros indicadores relacionados à autonomia financeira do Ministério Público	408

6	Conclusão: Ministério Público, estado de direito aparente e jornada democrática inacabada.....	409
	Referências	412

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A CULTURA DO INCONSTITUCIONALISMO

	Luiz Henrique Urquhart Cademartori, Eduardo de Carvalho Rêgo	415
1	Introdução	415
2	Neoconstitucionalismo e ativismo judicial no contexto brasileiro pós-1988	416
2.1	Neoconstitucionalismo enquanto expressão do chamado “moralismo jurídico”	418
2.2	Ativismo judicial e politização do Direito	422
3	Ativismo judicial e controle de constitucionalidade	425
3.1	Ativismo judicial no controle de constitucionalidade.....	426
3.2	A cultura do “inconstitucionalismo” no Brasil contemporâneo.....	428
4	Conclusão	431
	Referências	432

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATIVISMO JUDICIAL NO SÉCULO XXI

	Maria Cristina Irigoyen Peduzzi	435
1	Introdução	435
2	Segurança jurídica, hermenêutica e ativismo judicial.....	435
3	Críticas contemporâneas ao ativismo.....	438
3.1	Ran Hirschl: ativismo judicial como consequência da juristocracia	438
3.2	Cass Sunstein e o minimalismo judicial.....	440
3.3	Jeremy Waldron, o desacordo moral e a dignidade da legislação	442
3.4	É possível defender a dignidade da legislação?.....	443
3.5	O papel do Poder Judiciário na perspectiva de Waldron	444
3.6	Mark Tushnet e a crítica dos direitos.....	445
4	Conclusão	446
	Referências	447

JULGANDO FORA DOS AUTOS: UMA NOVA REFLEXÃO SOBRE OBITER DICTA EXOPROCESSUAIS NO BRASIL

	Thomas Bustamante	449
1	Introdução	449
2	A noção de <i>obiter dicta</i> exoprocessuais	451
3	Modalidades de <i>obiter dicta</i> exoprocessuais.....	452

3.1	<i>Obiter dicta</i> prejudgadores	452
3.2	<i>Obiter dicta</i> de competência interna	454
3.3	<i>Obiter dicta</i> corporativos	455
3.4	<i>Obiter dicta</i> pseudo-científicos	458
4	Conclusão	460
	Referências	462

PARTE V

CONSTITUIÇÃO E DIREITO ADMINISTRATIVO

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UM PROCESSO EM ANDAMENTO

	Alice Bernardo Voronoff	465
1	Constitucionalização do direito, do direito administrativo e do direito administrativo sancionador: desafios da pós-modernidade.....	465
2	Primeira etapa do processo de constitucionalização do direito administrativo sancionador: sindicabilidade, extensão de garantias e estreitamento do mérito administrativo	468
3	Segunda etapa do processo de constitucionalização do direito administrativo sancionador: é preciso corrigir premissas e critérios equivocados.....	472
3.1	Premissas equivocadas	472
3.2	Critérios hermenêuticos equivocados	474
4	Qual o caminho a ser percorrido para a efetiva constitucionalização do direito administrativo sancionador?	477
	Referências	478

COMO DESESTRUTURAR UMA AGÊNCIA REGULADORA EM PASSOS SIMPLES

	Eduardo Jordão, Maurício Portugal Ribeiro	481
1	Introdução	481
2	As dicas para os chefes do Poder Executivo.....	482
2.1	Enfraqueça o corpo diretor das agências reguladoras.....	482
2.2	Prejudique a operação da agência.....	483
2.3	Exponha as decisões das agências a todo tipo de controle	485
3	As dicas para os órgãos de controle.....	486
3.1	Limite o leque de ações ou instrumentos à disposição das agências.....	486
3.2	Use os poderes de punição para amedrontar os funcionários das agências.....	487
3.3	Interfira nas escolhas e decisões regulatórias.....	488
4	As dicas para os membros das próprias agências	489

4.1	Descumpram contratos e frustrem a segurança jurídica.....	489
4.2	Não liguem muito para procedimentos.....	490
4.3	Negligenciem a importância da difusão informacional	491
5	Conclusão	492
	Referências	493

PODER DE POLÍCIA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E INTERESSE PÚBLICO: 30 ANOS DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL

Gustavo Binenbojm.....	495
1 Direitos fundamentais e democracia como elementos estruturantes do estado administrativo contemporâneo	495
2 Poder de polícia, direitos fundamentais e democracia	506
3 Limites impostos ao poder de polícia pelos direitos fundamentais	508
4 O papel do poder de polícia na proteção e promoção de direitos fundamentais	517
5 Poder de polícia, democracia e limites constitucionais: a ponderação proporcional entre objetivos coletivos e direitos fundamentais.....	524
6 Conclusões.....	530
Referências	533

INTEGRAÇÃO METROPOLITANA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE COMUM

Sérgio Guerra.....	535
1 Introdução	535
2 A repartição de competência e o princípio da predominância do interesse	536
3 A função de serviço público e a partilha de competências constitucionais	539
3.1 Os serviços públicos de competência da união, dos estados e municípios	540
4 A instituição de regiões metropolitanas pelo estado para a execução de função pública (serviço público) de interesse comum.....	542
5 A instituição e organização das regiões metropolitanas no Supremo Tribunal Federal: os limites para atuação dos estados e municípios	545
6 Conclusão	548
Referências	549

PARTE VI
OUTRAS ABORDAGENS

**A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: ENTRE O HOMEM
ECONÔMICO E A MULHER LITERÁRIA**

André Karam Trindade, Guilherme Gonçalves Alcântara	553
1 Introdução	553
2 Constituição Brasileira de 1988: mulher de fases.....	554
3 O <i>homem econômico</i>	556
4 Um contraste: a <i>mulher literária</i>	558
5 Conclusão	562
Referências	564

**DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO: O ESVAZIAMENTO
DEMOCRÁTICO E A TIRANIA DO MERCADO**

Georgeton Melo Nogueira	567
1 Liberalismo e democracia.....	567
2 A face neoliberal do capitalismo	570
3 A tirania do mercado e a submissão democrática	572
4 Considerações	575
Referências	575

**O FUTURO DA ADVOCACIA: UMA ESPECULAÇÃO
FUNDAMENTADA DO QUE NOS ESPERA; O QUE PENSA
E QUER A GERAÇÃO QUE VAI FAZER O FUTURO DA
ADVOCACIA?**

Luiz Guilherme Migliora	577
1 Introdução	577
2 As firmas e suas várias formas no Brasil de hoje	577
3 Os talentos que serão o futuro da advocacia.....	578
4 O comprometimento organizacional afetivo.....	580
5 E o que têm feito os escritórios de advocacia nesse cenário?.....	581
6 Conclusão	584
Referências	585

**O PRINCÍPIO DA COLABORAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL DE 2015: BREVE ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS
CONSTITUCIONAIS**

Marcia Cristina Xavier de Souza	587
1 Introdução	587

2	Cooperação nacional.....	589
3	Igualdade	589
4	Contraditório, vedação de decisão surpresa e fundamentação.....	590
5	Negócios jurídicos processuais e calendário processual	592
6	Colaboração entre os representantes legais das partes.....	593
7	Conclusão	594
	Referências	594

A TRIBUTAÇÃO NA ERA DA AUSTERIDADE SELETIVA

Ricardo Lodi Ribeiro	595
Referências	602

RESILIÊNCIA CONSTITUCIONAL E O PAPEL ESTABILIZADOR DAS CONSTITUIÇÕES NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Luís Cláudio Martins de Araújo	605
Introdução	605
1 Constitucionalismo e a criação das Constituições.....	606
2 Resiliência constitucional e o papel estabilizador das constituições nas sociedades democráticas	610
3 Conclusão	615
Referências	616

SOBRE OS AUTORES.....	619
------------------------------	------------